



91.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO

no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 345479-3

COMARCA DE ORIGEM: Recife - 23ª Vara Cível

AGRAVANTE: CAMED - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

AGRAVADA: PAULA VALÉRIA RODRIGUES DO NASCIMENTO

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO NO AGRADO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA - FALTA DE PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVADA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A decisão recorrida merece ser mantida visto que a ausência de peça obrigatória, falta de procuração da parte agravante, acarreta o não conhecimento do agravo de instrumento.

2. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto



92.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



OK

81

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO

no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 345479-3

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 23ª Vara Cível

AGRAVANTE: CAMED – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

AGRAVADA: PAULA VALÉRIA RODRIGUES DO NASCIMENTO

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Recurso de Agravo (fls. 64/72), interposto por CAMED – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL contra decisão terminativa (fls. 57/61) que negou seguimento ao agravo de instrumento com base no art. 557 do CPC, por estar em confronto com súmula e jurisprudência dominante do STJ.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em suas razões recursais, alega a Recorrente que acostou aos autos cópia integral do processo a fim de impossibilitar qualquer inobservância ao disposto no art. 525 do CPC e que a parte agravada não juntou a procuração de seus patronos o que impossibilitou sua juntada no agravo de instrumento, assim, a ausência aqui discutida poderá ser suprida com certidão da secretaria da vara ou cópia integral do processo.



82/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- Por fim, requer a reconsideração da decisão atacada, revogando-a em sua totalidade ou, caso assim não entenda, que os autos sejam levados a julgamento pelo órgão colegiado.
- Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



83/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO

no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 345479-3

COMARCA DE ORIGEM: Recife - 23ª Vara Cível

AGRAVANTE: CAMED - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

AGRAVADA: PAULA VALÉRIA RODRIGUES DO NASCIMENTO

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Eis o teor da decisão guerreada (decisão terminativa no Agravo de Instrumento n.º 345479-3):

"Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por CAMED - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, contra decisão que, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 004126-08.2014.8.17.0001, deferiu a tutela antecipada para determinar que a demandada desconsidere os aumentos abusivos e emita os boletos vincendos, a título de mensalidade do plano de saúde, no valor de R\$ 508,10 (quinhentos e oito reais e dez centavos), nos termos dos boletos anteriores, até ulterior decisão do juízo, sob pena de



84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

multa fixada em R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês em que a ordem não seja cumprida.

Eis o breve relato. DECIDO.

Realizando-se o juízo de admissibilidade do presente recurso, cumpre registrar ser caso de aplicação do artigo 557 do CPC, pelas razões e fundamentos que passo a explicar. Vejamos:

O art. 525, I, do CPC determina que a petição do Agravo de Instrumento deverá ser obrigatoriamente instruída com a cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e da procuração outorgada ao advogado do agravante e do agravado.

Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis."

Interpretando tal dispositivo, o Colendo Superior Tribunal de Justiça entende que a "falta de procuração dos patronos das partes leva ao não-conhecimento do agravo de instrumento" (STJ, Agr. Reg. no Agr. Instr. nº 649875-SP, Órgão julgador: Terceira Turma, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 14.11.2007).

A referida Corte, aliás, já se posicionou sobre a finalidade da juntada das procurações, que teriam o condão



25/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

de propiciar a análise da cadeia de poderes concedidos e a adequada representação processual da parte. Confirma-se a jurisprudência:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. PEÇA OBRIGATÓRIA.

1. O agravo de instrumento interposto na origem deve estar formado com as peças obrigatórias exigidas pelo artigo 525, I, do Código de Processo Civil, sob pena do não-conhecimento. Insuficiente a apresentação apenas do substabelecimento, exigível a juntada da procuração.

2. Agravo regimental desprovido." (STJ, AgRg no AG 546921/RJ; Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2003/0153863-9, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, j. em 6.4.2004).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DEFICIENTE.ART. 544, § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. AUSÊNCIA NA ORIGEM. CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA.544§ 1º CPC1. O Superior Tribunal de Justiça há muito firmou entendimento no sentido de que é ônus do agravante a correta formação do instrumento, sob pena de não conhecimento do recurso. 2. A ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado da agravada - peça indispensável à formação do instrumento de agravo -



86

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

constitui vício insanável, apto a ensejar o não conhecimento do recurso.3. A simples alegação de juntada de cópia integral dos autos não é suficiente para a comprovação de que a peça obrigatória, qual seja, a procuração do advogado da agravado, não consta dos autos originais, devendo esta circunstância ser atestada por meio de certidão emitida por órgão competente na origem.4. Agravo regimental não provido.

(1412874 SC 2011/0070634-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 14/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/02/2012)

Com efeito, examinando os autos alusivos ao presente instrumento, vislumbro que a parte agravante se absteve de apresentar a procuração da parte Agravada, circunstância a tornar impossível a análise do presente recurso.

Sendo assim, não se achando presente peça essencial à interposição do agravo, fica prejudicada a respectiva análise, que não pode prescindir do exame acerca da capacidade processual do advogado.

Sobre o assunto, Cândido Rangel Dinamarco adverte:

“A interposição do agravo deve vir desde logo com as peças essenciais, não se admitindo que sejam juntas depois: a apresentação da petição com razões e com essas peças é o modo que o projeto exige para que essa



87

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

interposição, considerando-se não interposto quando faltar algum desses elementos. Agravo de instrumento sem as peças essenciais é ato processual inexistente. O máximo de tolerância a que se pode chegar será a apresentação das peças ou das razões ainda dentro do prazo (mas existe forte oposição, inclusive do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, a atitudes flexibilizadoras como essa: v. supra, n 122)“(A Reforma do Código de Processo Civil, 2. ed., São Paulo: Malheiros, 1995, p. 283).

Em face de todo o exposto, inexistindo nos autos requisitos documentais pertinentes à admissibilidade do agravo de instrumento (previstos globalmente no artigo 525, inciso I do Diploma Processual Civil), nego seguimento ao recurso, com fundamento no disposto no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

Cinge-se, assim, o debate do presente recurso em analisar a falta de procuração da parte agravada e o conseqüente não conhecimento do recurso ante a ausência de peça obrigatória.

Pois bem!

Analisando minuciosamente os autos, verifico que a decisão aqui hostilizada nada há de ser reformada, haja vista já restarem perfeitamente delineadas naquele *decisum* as razões pelas quais negou-se seguimento ao recurso.

De início, frise-se que o art. 525, inciso I do CPC é bastante claro ao determinar a obrigatoriedade da procuração da parte agravada para que



88/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

o recurso seja conhecido, além de já haver decisões pacíficas a respeito do tema no STJ.

Assim, tendo em vista a ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado da agravada constituir vício insanável à formação do agravo de instrumento e acarretar o seu não conhecimento, entendo que merece ser mantida a decisão atacada.

Acrescente-se que apesar da ora Agravante argumentar que não há procuração da parte agravada nos autos e que por este motivo anexou esta peça obrigatória, entendo que mesmo assim, não se desincumbiu de provar o alegado.

A Agravante argumenta que juntou cópia integral dos autos para demonstrar a ausência da procuração da parte autora/agravada, porém o que a Recorrente realmente anexou foi sua contra-fé como sendo cópia da petição inicial, assim, não há como acolher verdadeiro seu argumento.

Ciente da obrigatoriedade de juntar a cópia da procuração da agravada, e sob o argumento de que esse documento é inexistente nos autos, a Agravante deveria ter juntado, ao tempo do protocolo do Agravo de Instrumento, certidão expedida pela secretaria da vara que provasse o alegado, ou seja, que a autora sequer juntou a procuração, o que não restou comprovado.

A jurisprudência pátria é bastante clara a respeito da incumbência conferida ao Agravante na formação do agravo de instrumento. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE
INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA
OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÃO DO
AGRAVADO. RESPONSABILIDADE



89

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

EXCLUSIVA DO AGRAVANTE.
INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS
AUTOS PRINCIPAIS. SIMPLES AFIRMAÇÃO
DO DEFENSOR PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Compete exclusivamente ao agravante zelar pela correta formação do instrumento, fiscalizando se estão presentes, na sua integralidade, todas as peças reputadas obrigatórias pelo artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. O agravante assistido pela Defensoria Pública não está isento de instruir o agravo com as peças exigidas em lei ou mesmo de demonstrar a inexistência de quaisquer dessas nos autos originais, pelo simples fato de que a lei permite ao advogado ou ao Defensor Público declarar a autenticidade das cópias juntadas ao agravo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no Ag: 940380 RJ 2007/0194453-2, Relator: Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), Data de Julgamento: 17/02/2011, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011 - Grifo Nosso)

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - FALTA DE MANDATO OUTORGADO AO ADVOGADO DOS AGRAVADOS - INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS PRINCIPAIS - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO EXPEDIDA NESTE SENTIDO PELA SERVENTIA - APLICAÇÃO DO INC. I, ART. 525, DO CPC - AGRAVO IMPROVIDO. 1. DÁ-SE O IMPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL EM REFERÊNCIA, TENDO EM VISTA QUE A CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO PATRONO DOS AGRAVADOS É PEÇA



90

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

OBRIGATÓRIA DA INICIAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, CONFORME PRECONIZA O INC. I DO ART. 525 DO CPC. 2. INEXISTINDO MANDATO NOS AUTOS PRINCIPAIS, CUMPRE À AGRAVANTE PROVIDENCIAR CERTIDÃO DA SERVENTIA NESTE SENTIDO, QUE DEVERÁ ACOMPANHAR A INICIAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

(TJ-DF - AGR: 20000020053804 DF , Relator: JERONYMO DE SOUZA, Data de Julgamento: 12/02/2001, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 14/03/2001 Pág. : 30)

Assim sendo, os argumentos trazidos pelo ora Agravante não nos sensibiliza, tampouco nos autoriza a modificar o julgado guerreado.

Diante do exposto, **nego provimento** ao presente recurso, no sentido de manter a decisão ora vergastada em sua integridade e determino que todas as intimações sejam feitas em nome do patrono indicado, CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, OAB/PE nº 665-B.

É como voto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto